

# Tendências Historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000

*Carolina Maria Donegá Teodoro*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Franca - São Paulo - Brasil  
cteodoro73@gmail.com

---

**Resenha da Obra:** MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências Historiográficas na Revista Brasileira de História:** 1981-2000. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016. 183p.

---

Os anos 1980 e 1990 são usualmente considerados momento de inflexão da historiografia em nosso país, com a falência das metanarrativas iluminista e marxista e das teses de longa duração. Ao promover diálogo interdisciplinar com a antropologia e a teoria literária, os historiadores brasileiros teriam propiciado a ascensão da micro história e da história cultural. Muitos se valeriam de novas fontes para meditar sobre representações, e privilegiariam recortes temporais recentes e recortes espaciais em território nacional, regionais ou locais. A mudança de bases teóricas, com inspiração na *Nova História* e em autores como Michel Foucault, Edward Thompson, Walter Benjamin e Clifford Geertz, alavancaria o enfoque de temas, objetos e sujeitos históricos até então apagados. Todavia, a apropriação superficial desses pensadores, somada à presença tímida, no Brasil, da produção e do conhecimento de obras de teoria, teria favorecido uma prática empirista da escrita da história.

À vista disso, seria possível determinar a validade destes pressupostos nas fontes da história da historiografia do período referido? Se sim, como? Se não, por quê? Poderiam os historiadores empregar estas formulações para definir tendências historiográficas estaticamente?

É sobre aquele cenário e estas questões que Ricardo Marques de Mello se debruça no livro *Tendências Historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000*. Nas cento e oitenta e três páginas que o compõem, Mello almeja identificar *tendências historiográficas* existentes na historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX, por meio das publicações da Revista Brasileira de História (RBH). A obra é fruto de sua tese de doutorado (2012), que venceu, em 2014, o concurso de teses da Sociedade

Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). O livro conta com prefácio de Carlos Fico, um dos primeiros historiadores brasileiros interessados na identificação de inflexões deste tipo para composição de balanços.

É pertinente registrar que a RBH é vinculada à Associação Nacional de História (ANPUH) e surgiu em 1981, como produto da reformulação da entidade num contexto de expansão acadêmica e “necessidade de ampliar a troca de experiências entre os praticantes do ofício” (MELLO, 2016, p. 47). Logo, o periódico materializou os interesses e as orientações dos historiadores publicados e dos grupos envolvidos direta e indiretamente na instituição, atuando na divulgação dos propósitos desta e na construção do cenário historiográfico da época.

A seguir, resenharei os procedimentos e as soluções encontradas por Mello, buscando expor as contribuições de sua obra para as discussões sobre as particularidades da historiografia brasileira do final do século passado. Destarte, entendo que é preciso definir o conceito expresso no título do livro, assim como o autor o faz em seu primeiro capítulo.

Segundo Mello, *tendências historiográficas* devem ser entendidas como conjuntos resultantes da propensão ao emprego gradual e frequente de certas *opções historiográficas*. Estas, por sua vez, estão pautadas em elementos comuns a todos os artigos, de forma a viabilizar a interpretação das fontes mesmo em sua heterogeneidade. São eles: “área historiográfica, recorte temporal, delimitação espacial, orientação teórica, perspectiva predominante na interpretação e tipos de fontes” (p. 48). Deste modo, Mello pratica um estudo interno da revista, valendo-se, como instrumento metodológico de identificação e investigação das opções historiográficas, de uma *Ficha de Análise* por ele mesmo elaborada a partir das características dos artigos. Nesta primeira etapa, o emprego da ficha é importante para garantir que sejam aplicados os mesmos critérios de exame para todos os textos. Ela tem como categorias: “RBH”, “Autor(a)”, “Âmbito de interesse”, “Orientações Teóricas”, “Perspectiva predominante na interpretação”, “Fontes” e “Observações”.

Sinteticamente, “RBH” se refere aos dados técnicos do artigo; “Autor(a)” a informações sobre quem escreveu o texto, obtidas, sobretudo, por meio da Plataforma Lattes; e “Âmbito de interesse” insere o artigo em determinada área historiográfica, recorte espacial e temporal. Aqui, é imprescindível uma pausa para alguns esclarecimentos.

As classificações de áreas historiográficas foram feitas com base na *preponderância* de certo âmbito, mensurável mediante critérios de definição presentes nas fontes mesmas, bem como nas acepções fabricadas pelos pensadores e/ou pela comunidade acadêmica no momento de escrita dos artigos. Mello identificou cinco grandes áreas: *História Social*, *História Cultural*, *História Política*, *História Econômica* e *História das Ideias*; e três “especialidades de cunho metateórico”: *Historiografia*, *Teoria/Filosofia/Metodologia da História* e *Ensino de História* (p. 67-68). Da mesma forma, recortes espaciais e temporais seguiram as determinações dos próprios textos. O autor explica: “Se o recorte dizia respeito aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, preenchi o campo pertinente, precisamente, com os dados do artigo: São Paulo e Rio de Janeiro” (p. 78). Posteriormente, tais dados foram coligidos em divisões maiores, como regiões e continentes. Quanto ao recorte temporal, adotou-se a periodização em séculos: “se em um texto, por exemplo, o recorte cronológico abrangia as duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, classifiquei-o como ‘século XIX e XX’” (p. 78).

Já em “Orientações Teóricas”, Mello não se ateve apenas a menções diretas para distinguir

dispositivos analíticos, demonstrativos e explicativos que orientam de um modo especial a compreensão, construção, caracterização e explicação do objeto de análise da pesquisa. Elas podem ser de duas naturezas: *abrangentes* [generalizantes, como as filosofias da história] ou *pontuais* [pertencem a pesquisas específicas] (p. 78-79, grifos do autor).

“Perspectiva predominante na interpretação” divide-se entre perspectiva factual e representacional, e trata de concepções de compreensão e apropriação de objetos no que diz respeito aos modos de reconhecer a realidade e o trabalho do historiador. Em semelhança com o que ocorre com as áreas historiográficas, um artigo é rotulado como portador de uma ou outra perspectiva por critério de preeminência, já que o factual e o representacional estão vinculados e se mesclam nos textos. Neste tópico, as especialidades de cunho metateórico representam uma categoria a parte, denominada “discussão bibliográfica” (p. 87).

Por fim, “Fontes” permite a identificação do uso (ou desuso) de fontes oficiais nos estudos em questão, e “Observações” reúne aquilo que não se enquadra nos itens anteriores, como resumo do artigo, curiosidades e informações relevantes de caracteres diversos.

Apesar de encontrar dezenove tipos de textos na RBH e ler todo o conteúdo dos números elencados, Mello prefere usar exclusivamente os artigos, “tanto por questões quantitativas – maioria dos textos da RBH –, quanto qualitativas – uma vez que são espaços privilegiados nos quais é possível identificar mais facilmente as opções historiográficas adotadas por cada autor” (p. 57-58). Ao todo, eles perfazem o número de trezentos e quarenta e três.

Mello quantificou a presença e frequência das opções historiográficas tanto em perspectiva diacrônica quanto em números totais, calculando e comparando, ao fim, as porcentagens. Assim, obteve duas periodizações a partir dos próprios atributos da revista: a primeira se estende de 1981 a 1990, e a segunda, de 1991 a 2000. Isso porque a passagem entre as duas décadas é ponto de mudança de opções favoritas dos historiadores. Os resultados, reunidos e apresentados em tabelas no segundo capítulo, são surpreendentes; demonstram a preferência, na RBH dos anos 90, por recortes espaciais definidos como “Brasil” e pela ausência de orientação teórica. Assim,

[...] o artigo “típico” do primeiro período – 1981-1990 – seria, *ao mesmo tempo*, de história social, recortaria seu objeto cronologicamente entre o século dezenove e vinte, versaria sobre o Brasil ou especificamente sobre São Paulo, não teria orientação teórica, teria perspectiva predominante da interpretação factual e usaria algum tipo de documento oficial e bibliografia pertinente como fontes privilegiadas. Por seu turno, o artigo que melhor representaria o período seguinte – 1991-2000 – seria de história cultural, sem orientação teórica, sobre o século XX, o Brasil ou São Paulo, representacional e com bibliografia pertinente (p. 133).

Entretanto, Mello não considera possível, nem oportuno, construir um padrão hermético dos artigos veiculados pela RBH, porque a elaboração de um modelo omitiria a diversidade, as nuances e a riqueza das fontes. Isso quer dizer que estabelecer uma tendência historiográfica homogênea para cada um dos períodos trabalhados seria, na verdade, fabricar um retrato distorcido e despropositadamente dualista sobre a historiografia produzida a partir deste periódico. Aliás, as porcentagens dos artigos que corresponderiam perfeitamente aos arquétipos traçados são baixíssimas: pouco mais de 5% para o do primeiro período e 3,9% para o do segundo. O autor indica que seria viável apurar tendências apenas em sua singularidade, pois cada uma delas teria um tempo único de mudança e propagação, não ocorrendo, portanto, simultaneamente; e relata, inclusive, que existem diversos casos de “coexistência de opções em decadência com outras em ascensão em um mesmo artigo” (p. 134).

Por conseguinte, no terceiro capítulo, Mello interpreta as informações produzidas de forma a significar as transformações nas opções historiográficas *individualmente*. Abordaremos a seguir somente aquelas que diferiram do esperado.

O crescimento dos recortes espaciais definidos como “Brasil” (como um todo) e “Sem-identificação” foi tendência imprevista na RBH no segundo período pela ênfase que a história da historiografia brasileira dá ao predomínio dos recortes locais e regionais a partir dos anos 1980. Mello explica que fatores condicionantes deste quadro advêm do emprego de termos generalistas; do aumento de artigos de “Discussão Bibliográfica” (textos que, muitas vezes, dispensam delimitação espacial); de alusões imprecisas dos autores aos recortes balizados; e da multiplicação da perspectiva representacional. Este último elemento faz com que o espaço perca a importância atribuída a ele pela perspectiva factual, que dependia do *físico* como argumento de convencimento. Para o autor, a representação não necessariamente está fundamentada em um espaço concreto: o que tem maior relevância, nesses casos, é ela mesma e sua historicidade. Por isso, há margem para limites espaciais abstratos, ou mesmo ausentes, nas pesquisas publicadas no periódico entre 1991 e 2000.

Ainda falando de tendências inesperadas, temos que poucos artigos da RBH, de 1981 a 2000, apresentam orientação teórica. A apropriação de pensadores como Foucault, Benjamin, Thompson e Geertz foi baixíssima, perfazendo aporte de menos de 7% dos trezentos e quarenta e três artigos eleitos; especialmente na década de 1990, diminuíram sua participação na revista, representando apenas 2,6% das escolhas dos publicados. Também é significativo que

Entre aqueles artigos que utilizaram alguma orientação teórica, foi comum o uso de mais de um autor no mesmo trabalho, como combinações entre Marx/Foucault, Thompson/Ginzburg e Freud/Lacan/Arendt; e, dos últimos quatro números da RBH, apenas dois artigos, *entre quarenta e dois*, se valeram de orientação teórica (Bourdieu), sugerindo que o final do século XX se encerra com um sintomático desapego às teorias (p. 124-125, grifo do autor).

Sobre este assunto, o autor entende que tal decréscimo relaciona-se à descrença na similaridade como via de pesquisa dos fenômenos históricos. Encontrar correspondências entre presente e passado e fazer delas possibilidade de análise seria relativamente incompatível com o pensamento dos historiadores da RBH deste período; aplicar teorias surgidas em outros contextos e estudos aos seus próprios, menos ainda. Não obstante, Mello conclui que os autores dos textos em questão ponderaram teoricamente sobre seus objetos, por meio de sua escrita e argumentação, bem como apoiando-se em uma “lógica interna” das fontes, por exemplo (p. 148). Com isso,

compreendemos que a ausência de orientação teórica não se equivale a falta de reflexão teórica.

Ao final, Mello não nos dá uma imagem totalizante *apaziguadora* acerca da historiografia veiculada na RBH naquele momento. Outrossim, o autor não pôde mensurar a aplicabilidade das afirmações que iniciam esta resenha (acerca de um panorama historiográfico brasileiro das décadas de 1980 e 1990) em suas fontes. Sobretudo, porque o material empírico e as definições das opções historiográficas nas obras disponíveis para comparação eram “supostamente diferentes” das suas e também entre si (p. 166). Contudo, além das conclusões já apresentadas (algumas, podemos dizer, inusitadas), *Tendências Historiográficas* vem confirmar que, na década de 1990, houve uma “ênfase concedida às diferenças” (p. 157). Isso significa que, em comparação com o período anterior, os artigos publicados entre os anos de 1991 e 2000, *em geral*, contêm opções historiográficas que prezam pelo foco nas discontinuidades, trazendo à tona novos sujeitos históricos e negando hierarquias entre grupos, sociedades e culturas. Segundo Mello, este movimento sinaliza uma mudança nas formas de conceber a função do trabalho dos historiadores, e em como estes se veem; uma alteração nas maneiras que enxergam a história e captam a realidade, e nos modos como se relacionam com ambas, mudando sua escrita sobre elas. Em suas palavras, “parece-me que a ênfase nas diferenças é uma tendência do nosso tempo que se manifesta no nosso ofício[...].” (p. 159).

Ademais, os conceitos de *opções* e *tendências historiográficas* como colocados pelo autor, o esmiuçamento de seu percurso de investigação e o reconhecimento da inconstância das tendências vêm auxiliar os pesquisadores da história da historiografia. Este certamente é um estudo que pode servir de inspiração teórico-metodológica a muitos outros, desde que sejam levadas em conta, como o próprio Mello ressalta e sabiamente toma para si, as especificidades de cada fonte.

---

#### SOBRE A AUTORA

**Carolina Maria Donegá Teodoro** é mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

---

Recebido em 17/08/2020

Aceito em 29/01/2021